

# “... A desapropriação desta terra foi graças às mulheres”: conquista do território e formação do Assentamento Maceió, em Itapipoca – CE

Viviane Prado Bezerra\*

## Introdução

O Assentamento Maceió está situado na região litorânea do município de Itapipoca, sendo composto por doze comunidades distribuídas ao longo de uma área de 5.656,8304 hectares. Com a criação e estruturação do Assentamento foram assentadas 338 famílias que sobreviviam da agricultura, da pesca, da criação de animais e da extração dos recursos naturais como a grande quantidade de cocos disponíveis na região<sup>1</sup>. Em 1985, a partir da intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, as terras foram desapropriadas após intenso conflito entre os moradores das comunidades e os proprietários.

Embora, a desapropriação tenha ocorrido em 1985 e a memória de grande parte dos moradores registrem esse ano como o marco de formação do Assentamento, nos registros oficiais publicados no site do INCRA, a data de criação do Assentamento se remete ao ano de 1987, considerando-se que a imissão de posse das terras somente foi assegurada aos moradores em 04 de setembro de 1987. Em entrevista, Antônio Alves do Nascimento, mais conhecido por Antônio Biica, antigo morador do Assentamento, com 62 anos de idade e oriundo da comunidade de Humaitá explica o motivo desse desencontro de datas, o que elucida muito bem o percurso da luta pela terra, entre o real e o oficial. Para tanto, a desconfiança e o receio de perda do território conquistado permearam o motivo desse intervalo, como conta seu Biica:

A luta começou no oitenta e dois e fomos até no oitenta e cinco. No oitenta e cinco veio o comunicado que o INCRA tinha adquirido essas faixas de terras...

---

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

E-mail: vivianclio@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Cf.: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma\\_agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma_agraria/projetos_criados-geral.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2019.

então, ele tinha adquirido e, então aí, o INCRA diz: “Vocês têm que fazer um cadastro”. Isso no oitenta e cinco. E nós resistimos sem aceitar esse cadastro... Só viemos aceitar esse cadastro no dia quatro do nove de mil novecentos e oitenta e sete. Passamos dois anos sem querer aceitar o cadastro porque nós entendia, até naquele momento, que esse cadastro poderia é... levar a ser uma maneira ainda de tirar a gente da terra. Mas, tinha dois técnicos do IDACE, no caso, o doutor Humberto e, no caso, Wilson Brandão, que tentou conversar com a gente e esclarecer que pra nós, realmente, garantir que aquela terra futuramente fosse nossa, nós tinha que fazer um cadastro pra obter alguns benefícios, alguns recursos. E aí nós fizemos esse cadastro. Aí, o Assentamento veio valer a partir de oitenta e sete... Ele foi feito a imissão de posse no dia quatro do nove de mil novecentos e oitenta e sete (Entrevista realizada com Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica, em Itapipoca, no dia 12 de novembro de 2019. Arquivo da autora).

Tal Assentamento foi o primeiro de Itapipoca, sendo um dos pioneiros no estado do Ceará. Inicialmente, foi composto por dez comunidades, sendo elas: Apiques, Bom Jesus, Mateus, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Sítio Coqueiro, Jacaré, Humaitá, Córrego Novo e Maceió. Posteriormente, as fazendas Bode e Lagoa Grande, que também passavam por conflitos de terras, foram consideradas improdutivas pelo INCRA, passaram por processo de desapropriação e foram incorporadas ao Assentamento, no ano de 1988, completando, assim, as doze comunidades de sua configuração atual.

Segundo uma Portaria de Incorporação de Área INCRA, a fazenda Bode, também conhecida como Tapera ou Três Irmãos, com área de 1.554, 6952 ha, localizada no município de Itapipoca, recebeu sua imissão de posse em 17/06/1988. Essa mesma Portaria incorpora a fazenda Córrego Novo, também, conhecida por Sítio São José, com área de 187,8816 ha, localizada no município de Itapipoca, que recebeu sua imissão de posse em 08/ 04/ 1988<sup>2</sup>. Segundo Antônio Biica, a faixa de terra referente ao Sítio São José foi comprada pelo INCRA do proprietário Antônio dos Santos Teixeira, sem passar por processo de luta, pelo fato de estar localizada dentro do território do Assentamento e ser considerada área improdutiva. Nas palavras do entrevistado: “O Bode foi desapropriado. Mas, foi uma luta. Agora, a faixa do Antônio dos Santos Teixeira, ela só foi desapropriada porque ela tava improdutiva. Então, não tinha, assim, uma luta pra defender ela” (Entrevista realizada com Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica, em Itapipoca, no dia 12 de novembro de 2019. Entrevista citada).

---

<sup>2</sup> A referida Portaria encontra-se anexada ao processo INCRA/SR (02)/N. 1457/87, referente ao “Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel Tapera ou Três Irmãos”. A Portaria é datada de 1998, no entanto, não traz a informação do dia e do mês de sua publicação. Arquivo Superintendência Regional do INCRA/SR 02. Fortaleza – CE.

## Narrativa fundadora que justifica a posse de terra pelos camponeses e camponesas de Maceió

A história que fundamenta a posse de toda essa extensão de terra aos camponeses remonta aos tempos de seus avós e bisavós que já eram moradores do lugar. A narrativa fundadora que predomina na memória social<sup>3</sup> desse grupo defende que metade dessas terras pertencia à senhora Maria Bonfim e a outra metade, ao senhor Pedro de Sousa. Contam que com o passar dos tempos, tanto o esposo de Maria Bonfim como a esposa de Pedro de Sousa faleceram, o que propiciou o casamento entre os dois viúvos. Ambos juntaram suas terras tornando-se os únicos donos, legitimados pela existência de um documento de posse da terra que, após a morte de Pedro de Sousa, ficou sob o poder de Maria Bonfim. No entanto, essa narrativa fundadora veio sendo reproduzida e reelaborada pelos moradores ao longo dos tempos<sup>4</sup>.

Cada narrador apresenta um modo peculiar de contar essa história, imprimindo sentidos e interpretações de acordo com sua subjetividade e criatividade, contudo, embora haja alguma variante nos modos de contar, os elementos principais do enredo permanecem e legitimam a posse da terra aos camponeses, sendo aqui considerados como elementos principais as personagens Maria Bonfim e Pedro de Sousa como verdadeiros donos da terra. A variação narrativa se evidencia com relação ao

---

<sup>3</sup> Com relação ao conceito de memória social, partilha-se da mesma concepção de Alessandro Portelli, apresentada na citação a seguir: “[...] Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados poderemos constatar que à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso as recordações podem ser semelhantes ou contraditórias ou sobrepostas. Porém em hipótese alguma, as semelhanças de duas pessoas são – assim como impressões digitais, ou, a bem na verdade, como as vozes exatamente iguais” (POTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História*. São Paulo, v. 15, abr. 1997. p. 16).

<sup>4</sup> De acordo com o texto “Costume, lei e direito comum”, do historiador E. P. Thompson pode-se inferir que a relação dos camponeses com as terras comunais, remonta, ainda, à Europa Moderna, onde se observava uma relação marcada pelo costume e alicerçada na tradição oral. Guardadas as devidas distâncias de tempo e de espaço, assemelha-se ao que se observa na argumentação dos camponeses do Assentamento Maceió. Dessa forma, “[...] A terra a que o costume estava vinculado poderia ser uma herdade, uma paróquia, o trecho de um rio, bancos de ostras num estuário, um parque, pastos nas encostas de montanhas, ou uma unidade administrativa maior como uma floresta. Em casos extremos, o costume era nitidamente definido, tinha força de lei, e (como nos cercamentos) era uma propriedade: é o tema do registro dos tribunais, dos tribunais senhoriais, das compilações dos costumes, dos levantamentos e dos regulamentos da vila. Em condições comuns, o costume era menos exato: dependia da renovação contínua das tradições orais como na inspeção anual ou regular para determinar os limites da paróquia” (THOMSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86-87).

marinheiro português que se apodera do documento de Maria Bonfim, pois em outra versão dessa narrativa fundadora aparecem dois marinheiros em vez de um, cujos nomes seriam Zé Maria e Major Carneiro. Nesse sentido, apresenta-se a versão contada por Maria Nazaré de Sousa, conhecida como Nazaré Flor, bisneta de Maria Bonfim e moradora da comunidade Apiques:

No início, no tempo de nossos antepassados, de nossos bisavôs e tataravôs que nasceram aqui, a história que os mais velhos contam é que esta terra pertencia a Maria Bonfim, nossa bisavó.

E os mais velhos diziam que Maria Bonfim tinha todos os registros destas terras, inclusive parte de Maceió e tinha o velho Pedro de Sousa que também era dono de parte desta terra. Então, morreu a mulher dele, do Pedro, e morreu o marido da Maria Bonfim. Aí os dois viúvos se casaram. E chegaram a fazer um papel só da terra. Uma terra muito grande que vinha lá do lado da Baleia até aqui extremado com Caetanos. Aí Pedro morreu e as terras pertenciam a Maria Bonfim, viúva pela segunda vez. Tudo isso por aí de 1864-69.

Nesta época, os invasores, portugueses e franceses, apareceram tomando as terras. Aí apareceu um cara, um europeu, um tal de Marinheiro, (nome de Zé Maria ou Major Careiro), e esse cara dizia que comprou um pedaço de terra do lado dos Pracianos, a Tapera, um outro terreno que extrema com esta nossa. Aí, os mais velhos contam que este Marinheiro veio na casa da minha bisavó e disse: “Dona Maria, eu vim aqui porque eu comprei um pedaço de terra e quero saber se esta terra confina com a sua”. Claro, já era cobiçada nossa terra pelas praias – a beleza das praias. Aí, o povo à toa, né!

O cara disse: “A senhora me dê seu papel... pra eu vê se a minha terra confina com a sua”. (Era um truque que ele inventou pra enrolar minha bisavó). E ela entregou o papel! E ele levou o papel e não entregou mais. Adeus! Nunca mais! Dizem que dona Maria Bonfim morreu por conta disto, preocupada e com desgosto. [...] Aí, os homens, a família do Marinheiro, foram se apoderando, foram criando força. E o povo foi criando medo e estes grileiros agiram pra assombrar na base do “mata-mesmo”. E cativaram o povo pra trabalhar pra eles. Aí, este velho Marinheiro foi criando família por aqui. Dizem que ele se juntou com uma mulher que era bisavó dos Pracianos e dos Soares que eram os patrões daqui que mandavam depois desta tomada. Esta família Soares passou a ter domínio das terras dizendo que eram os herdeiros. Não tinha nada a ver! Os herdeiros era nós! (MACCABE, 2015, p. 17-18)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> MACCABE, Maria Alice (Org.) “**A nossa luta foi uma luta sagrada**”. O povo do Assentamento Maceió conta a história de sua luta pela terra. Fortaleza: Instituto Terramar, 2015. p. 17-18.

Trata-se de um livro composto por trechos de 62 entrevistas realizadas por Maria Alice e outras religiosas da Congregação das Irmãs de Notre Dame em que tratam a história de luta pela terra contada pelos próprios moradores do Assentamento. A maioria das entrevistas foi realizada pela própria Maria Alice durante o ano de 2014. É importante que se diga que a religiosa acompanhou e apoiou visceralmente todo o processo de luta e conquista dessas terras e que, embora, o livro seja composto por entrevistas realizadas por ela, bem como, tenha passado pelo seu crivo na seleção dos entrevistados(as) e temas abordados, constitui um rico material de pesquisa sobre a história do Assentamento Maceió, com entrevistas autênticas e inéditas, inclusive de personagens já falecidos, o que se utiliza como importante fonte para esse capítulo.

Nazaré situa sua narrativa no período de 1864-69 e insere os elementos de uma história local no bojo dos acontecimentos históricos que marcaram a História do Brasil, pois associa que com a chegada dos europeus, as terras do litoral brasileiro passaram a ser cobiçadas por sua beleza e riquezas naturais, portanto, passando por processo semelhante, as terras do litoral de Itapipoca também foram cobiçadas e roubadas de Maria Bomfim por um ardiloso marinheiro português que alegava ter comprado as terras vizinhas, passando a habitar aquele litoral.

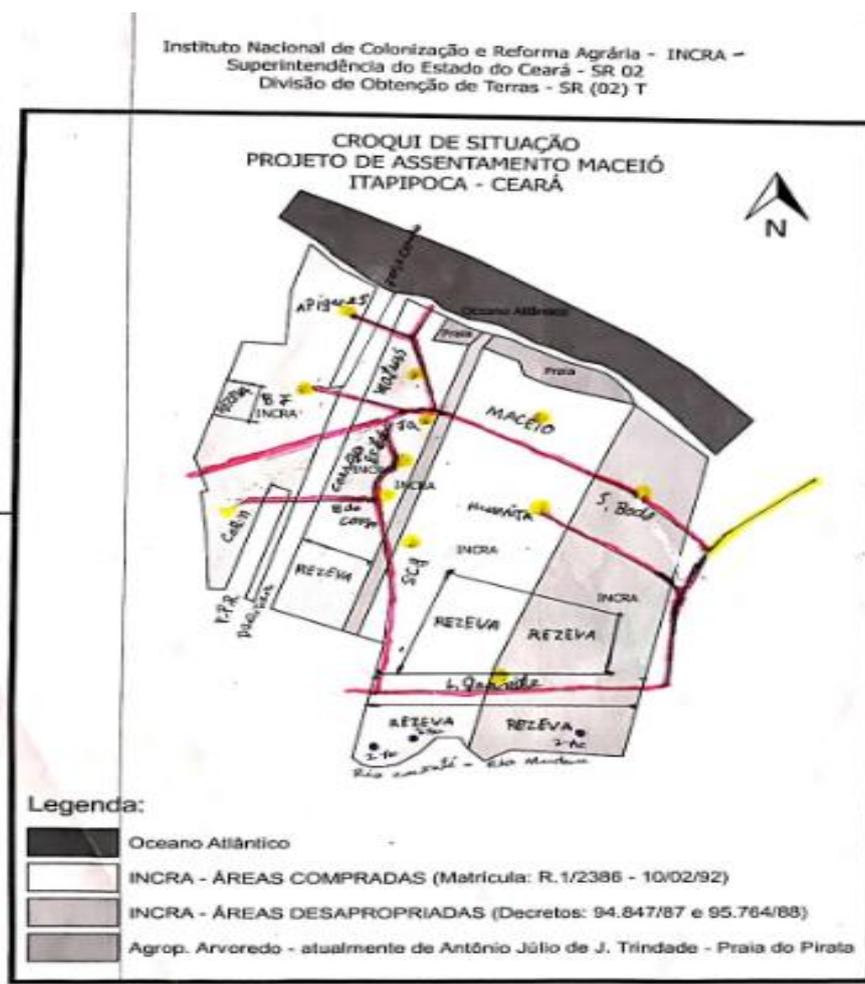
Tal narrativa agregava um somatório dos conhecimentos de Nazaré Flor adquiridos quando de sua formação político-cultural nos diversos movimentos sociais em que atuava, a partir dos anos 1970, como o Movimento do Dia do Senhor, uma Comunidade Eclesial de Base da região Norte e Noroeste do Ceará, passando pela sua militância no Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, até seu ingresso no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, já nos anos dois mil, período em que a luta pela terra do Assentamento Maceió ganha novas configurações<sup>6</sup>. Portanto, com Nazaré, a narrativa fundadora vai perdendo seu caráter pitoresco, lendário, ao passo que ganha uma explicação baseada em elementos situados historicamente no tempo e no espaço, associando-se a uma clara compreensão do *modus operandi* com que se desenvolveu o processo de concentração de terras no Brasil. Os termos “invasores”, “grileiros”, “povo cativo” utilizados por Nazaré reforçam seu discurso nessa linha de consciência.

Na própria narrativa de Nazaré Flor, implicitamente, emerge uma outra versão dessa história: àquela contada pelos patrões. Percebe-se, portanto, uma tensão entre a narrativa dos camponeses e a do patronato. Esses patrões, oriundos das famílias Praciano e Soares, diziam que o tal marinheiro tinha casado com sua bisavó, deixando para os herdeiros o direito sobre as terras. Nota-se que o elemento da ancestralidade está presente nos dois lados da história, tanto para legitimar a posse das terras para camponeses, quanto para legitimar a posse das terras para àquelas famílias que se tornaram as mais poderosas da região. Em ambas as narrativas a ancestralidade é invocada para legitimar os verdadeiros donos das terras no decorrer do tempo.

---

<sup>6</sup> A inserção do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST no Assentamento Maceió data do início dos anos dois mil, tornando-se de fundamental importância para o reforço da luta dos camponeses mesmo depois de assentados, pois nesse período tiveram que enfrentar uma nova luta pela terra contra um português que havia comprado uma faixa de terra que não havia sido desapropriada pelo INCRA.

A posse da terra para esses camponeses, portanto, passou a se basear no costume e no usufruto desse território pelos seus antepassados, o que foi sendo reproduzido de geração em geração, bem como, no fundamento memorialístico do documento que fora roubado. Nesse sentido, recorre-se a E. P. Thompson, ainda em seu texto “Costume, lei e direito comum” onde afirma que: “[...] Na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis. [...]” (THOMPSON, 1998, p. 86).



Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Alves do Nascimento, Morador do Assentamento Maceió. A divisão do território, constando os nomes das comunidades foi feita manualmente pelo próprio morador.

Por óbvio, na concepção dos moradores, o fato de terem sido roubados não anulava o direito de serem de fato donos das terras, tanto é que na narrativa de Nazaré Flor, a mesma não reconhece a família que se dizia herdeira do marinheiro como legítima, conforme salientou: “Esta família Soares passou a ter domínio das terras

dizendo que eram os herdeiros. Não tinha nada a ver! Os herdeiros era nós!” (MACCABE, 2015, p. 17-18).

Desse modo, os camponeses moradores dessas doze comunidades viviam numa condição de miséria e exploração que perpassava toda sua existência, pois muitos deles nasceram, cresceram e criaram seus filhos no sistema de opressão sustentado pelas famílias que se diziam proprietárias das terras. Na narrativa citada aparecem os Pracianos e os Soares, principais mandatários daquela região, que detinham o poder econômico e político, portanto, dominavam e exploravam a mão de obra, bem como, o voto dos camponeses, sob pena de expulsão das terras. Esses fatos se evidenciam nos relatos de alguns moradores, como o de Pedro Conceição de Sousa, Pedroca, que conta:

Eu vivi a escravidão aqui. Eles, os patrões, os Soares, eles chamavam a gente pra rapar a estrada de enxada, para a estrada ficar dura, pra eles poder passar no jipe pra cobrar a renda de nós. Rapamos a estrada de Jacaré até Bode... De enxada! Um de um lado e outro de outro. Pagaram? Foi lá pago... e tinha que ir ou sair da terra! Trabalho forçado! Era uma escravidão grande. De muita gente! (MACCABE, 2015, p. 31).

Por esse caminho, situa-se o relato de Raimunda Rocha do Nascimento, conhecida por Doca Bastiana, que enfatiza a pressão política que sofriam para votar nos candidatos dos patrões:

Também, aqui em Humaitá, o compadre Antônio, e o compadre Raimundo França não votaram no candidato dos Pracianos. Aí, mandaram eles embora, derrubaram as casas dizendo que podia levar a telha, mas a madeira deixa! Aí, foram embora para Campo Grande. Sim, este pessoal dos Pracianos e Soares eram perigosos. Pois é, houve muito sofrimento aqui, mas graças a Deus estamos aqui cotando a história (MACCABE, 2015, p. 38).

A opressão dos patrões atingia inclusive os meios de sobrevivência das famílias camponesas, pois controlavam também todos os produtos naturais que estivessem disponíveis em suas terras. Os trabalhadores eram proibidos de plantar e de colher os frutos dos coqueiros, cajueiros e demais recursos naturais, conforme se observa na narrativa de Minervino:

Pedi uma morada a Ubirajara (Praciano) e ele disse que dava morada mas eu não podia plantar nem cajueiro nem coqueiro. Quando foi um certo dia, chegou um compadre meu com um coco nascido e ele me deu e eu plantei o coco. Quando

foi depois de uns três anos este coqueiro começou a dar coco. Aí, quando foi um dia, Ubirajara chegou na minha casa e viu o coqueiro e diz: “Rapaz, eu te dei morada mas não era pra plantar coqueiro. Este coqueiro você vai me vender!” Aí eu disse: “Rapaz, como é que morando aqui eu não posso plantar um coqueiro na minha porta pra temperar a panela ou para meus filhos poder beber uma água de coco?” (...) Aí, ele foi embora e não veio mais! Ele me respeitou! (MACCABE, 2015, p. 27).

No entanto, mesmo com toda opressão e exploração dos patrões, os camponeses ainda se mantinham em seus pequenos pedaços de terra, convivendo cotidianamente com as injustiças dos Pracianos e Soares.

## A luta camponesa contra a posse da terra pela firma Ducoco

O ponto alto do conflito pela posse desse território se deu com a concreta ameaça de expulsão dos moradores de suas comunidades, quando as terras foram vendidas para a Ducoco, uma empresa produtora de derivados do coco. Segundo os próprios moradores, o dono dessas terras passou a ser Tasso Jereissati que, na época, era um jovem empresário, sendo um dos primeiros a investir no agronegócio do coco no Ceará<sup>7</sup>. Esse fato é narrado por Nazaré Flor:

Em 1980, estes patrões se juntaram e combinaram a venda da terra todinha para um cara que se chama Carrá. E Este Carrá passou a terra para o grupo de Tasso Jereissati, que queria todas essas terras para plantação de coqueiros. Aí, a firma chegou e logo proibiu a broca. Mas a gente se reuniu e resolveu: “se nós ficamos parados, eles não vão nos dar de comer e nós vamos morrer de fome. Então, vamos trabalhar juntos.” Aí, se organizou muita gente. Nossa estratégia foi muita gente trabalhar juntas.

Aí, vieram perguntar: “de quem é esta broca?” Respondemos: “é nossa!”. Era muita gente sempre trabalhando juntas e sempre respondendo: “é nossa!” (MACCABE, 2015, p. 91).

---

<sup>7</sup>Tasso se tornou um eminente político, sendo governador do estado do Ceará por três mandatos, de 1987 a 1990, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002. Popularmente conhecido como “o galeguinho dos olhos azuis”, sua gestão trazia como inovação a política dos empresários em oposição à política dos coronéis, em referência ao período ditatorial, em que se revezaram no governo do estado os coronéis Virgílio Távora, Aduino Bezerra e César Cals. Em outras palavras, significava uma nova política em oposição à política velha. Tasso Jereissati inaugurava, então, o que ficou conhecido na historiografia cearense como o “governo das mudanças”. Esse governo abria as portas para o empreendedorismo, aliando os interesses políticos aos interesses do capital, assim representado nos diversos incentivos fiscais garantidos pelo governo com o intuito de atrair filiais de empresas de médio e grande porte, assim como de multinacionais, para o Ceará. Nesse bojo, o agronegócio e a especulação imobiliária ganharam respaldo, estando no cerne de alguns dos conflitos que atingiram o campo a partir desse momento. Para uma leitura mais aprofundada sobre o assunto: GONDIM, Linda. Os governos das mudanças. In: SOUSA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

Segundo Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica, esse senhor chamado Carrá era o “testa de ferro” de Tasso Jereissati, o verdadeiro dono das empresas exploradoras dos cocos da região que, antes de assumir a marca Ducoco, denominava-se Frutop – Produtora de Alimentos AS (Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica. Entrevista realizada em Itapipoca, no dia 12 de novembro de 2019. Entrevista citada.)

Muito embora a memória de Nazaré Flor aponte o ano de 1980 como o marco de venda das terras para Tasso, supõe-se que essa venda tenha acontecido ainda na década de 1970, pois a Ducoco se instalou oficialmente no litoral de Itapipoca em 1979, embora só tenha assumido essa marca a partir de 1982. O fato é que a Ducoco expandiu sua produção agroindustrial avançando, também, sobre terras litorâneas de Itarema, Acaraú e Camocim, tornando-se a segunda maior empresa do Brasil nesse ramo.

Sua expansão se deu sob forte resistência das populações de origem camponesa e indígena que originariamente moravam nesses litorais, principalmente, nos casos que deram origem ao Assentamento Maceió, em Itapipoca e ao Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema, que inclui também terras de Almofala, território indígena de etnia Tremembé.

No entanto, mesmo com a venda das terras para a empresa Ducoco, os camponeses resistiram. Suas estratégias de resistência se apoiavam na força do coletivo, pois compreendiam que a ação individual seria facilmente desmobilizada pela força do empresariado. Portanto, com o intuito de confundir e, assim, driblar a perseguição dos empregados da empresa, os moradores das comunidades se uniram e passaram a trabalhar em sistema de adjutório, plantando, colhendo e protegendo os cocos em mutirão. Essa “estratégia”, salientada por Nazaré Flor, cujo termo fora explicitado pela mesma, impedia que os roçados das famílias camponesas fossem destruídos para satisfazer os interesses do agronegócio.

Tal estratégia foi ainda mais detalhada por Nazaré Flor quando fora convidada para participar de um debate realizado pela rádio Uirapuru<sup>8</sup>, de concessão da diocese de Itapipoca. Na ocasião, Nazaré e Benedito Gonçalves da Guia, conhecido por Benedito Rita, enfrentaram o “doutor” Juraci Teixeira, dono da fazenda Carrapato e presidente da “União dos Proprietários da Terra de Itapipoca”, uma espécie de Associação dos

---

<sup>8</sup> A rádio Uirapuru foi inaugurada em 09 de maio de 1980 com a proposta de ser uma emissora da família católica da diocese de Itapipoca. Uma rádio de transmissão AM que continua no ar até os dias atuais. Informações retiradas do site: <<http://www.radiouirapurudeitapipoca.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

proprietários locais. O debate foi iniciativa do então bispo diocesano Dom Benedito Albuquerque, cujo intuito era enfocar o tema da reforma agrária, tendo em vista os vários conflitos de terra ocorridos nos limites de sua Diocese e, muito provavelmente, porque naquele mesmo ano havia sido realizada a primeira desapropriação de terras para fins de reforma agrária do município. O debate aconteceu em novembro de 1985, em março do mesmo ano aconteceu a desapropriação do Assentamento Maceió. Nesse sentido, Nazaré Flor que tinha protagonizado toda a luta pela terra situava o início do conflito:

E na realidade, sem que ninguém soubesse, quando se deu fé, a terra estava vendida. Começou a aparecer caras diferentes que nós não conhecia, proibindo nós de trabalhar [...] Aí, essa empresa começou a aparecer por lá proibindo nós de trabalhar. Alguns pararam. Então quando disse: “você não tem que trabalhar”; a ordem era a seguinte: quem já brocou não queima, quem já queimou não cerca, quem já cercou não planta. ... O povo, coitados, acostumados com as pressões recuaram um pouco e então pararam para sentar nas próprias Comunidades, convidando seus colegas de trabalho se perguntando: “o que vamos fazer?... Parar de trabalhar? ... e o certo é que com oito dias de estudo... apesar de ser pessoas despreparadas, como ressalta o doutor aí... a gente pensou que devia, havia a necessidade de se trabalhar, né? [...] Então, vamos trabalhar de mutirão. Os homens juntaram de mutirão e fizeram o roçado. Quando aqueles caras que era procurador ou gerente da empresa chegavam lá e perguntava: “De quem é este roçado? – É nosso”. Chegava outro, estava outro grupo: “De quem é este roçado? – É nosso” (MACCBE, 1994, p. 131-132)<sup>9</sup>.

Na narrativa de Nazaré sobre o debate na rádio, fez-se evidente o descrédito do bispo com relação aos camponeses, a ponto de cogitar a possibilidade de cancelar o debate. Percebe-se que a presença dos camponeses, sua fala e sua cultura soavam inconvenientes para o espaço do estúdio radiofônico, por serem pobres, autodidatas e se expressarem por um vocabulário popular. Nazaré explica:

Era Dom Benedito que queria fazer uma entrevista sobre Reforma Agrária, né? Até antes, Dom Benedito... ele até pensava, tinha medo, né? Porque nós os camponeses, não sabia dizer nada, os pobres não ia saber falar. Aí ele queria desmarcar, cancelar o debate [...] (MACCBE, 1994, p. 131).

---

<sup>9</sup> Transcrição da entrevista de Nazaré Flor concedida a rádio Uirapuru. A íntegra dessa entrevista está publicada no livro de MACCBE, Maria Alice. **História na mão**. Algumas camponesas contam como se conscientizaram. (Uma História Oral), 1994. p. 131-132.

Ainda sobre o debate na rádio, a participação de Nazaré Flor, enquanto representante da luta camponesa pela terra merece destaque, pois a mesma fora escolhida pelos próprios camponeses para falar na rádio, juntamente com Benedito Rita. Compreende-se a escolha de Nazaré como emblemática. Primeiramente, porque a mesma levou a voz feminina para um espaço público, como também, para falar sobre luta pela terra e reforma agrária, temas característicos do interesse masculino e, por último, porque debateu em pé de igualdade com um homem e latifundiário, indicando um enfrentamento de gênero e de classe.

A memória de Nazaré recupera suas primeiras impressões com relação ao Dr. Juraci. A indiferença com que foi tratada marcou profundamente sua sensibilidade, sendo ressaltada em sua narrativa: “[...] Eu vi o Dr. Juraci neste dia. Eu não gosto nem de lembrar do jeito daquele homem. Ele chegou, não falou comigo nem com Benedito Rita, de jeito nenhum. Só falou com Zé Ivo (locutor) e com Dom Benedito” (MACCBE, 1994, p. 136).

A postura do referido latifundiário representa traços da cultura oligárquica, coronelística, que permeava as relações de classe no meio rural do Ceará, que tratava com desprezo os pobres, camponeses, com conhecimento de mundo empírico e com reverência os ricos, letrados, considerados do mesmo nível social, econômico ou cultural.

No entanto, o protagonismo de Nazaré Flor no debate da rádio repercutia sua forte atuação no conflito pela posse da terra. A voz das muitas camponesas que estiveram na linha de frente do conflito também foi representada por Nazaré. De fato, não foi uma escolha aleatória. Sua escolha para esse debate demonstrava que os próprios camponeses reconheciam a importância que as mulheres tiveram para a conquista da terra.

## **Protagonismo feminino na luta pela conquista da terra do Assentamento Maceió**

Por esse caminho, evidencia-se a atuação feminina no enfrentamento com os empregados da empresa, dificultando que os mesmos avançassem nas terras e nos coqueiros, que passavam a ser disputados um a um. Desse modo, o coco passou a ser (re)significado, pois, na medida em que se tornou a principal matéria prima para o agronegócio, o coco assumiu um caráter especulativo e financeiro, completamente diferente da lógica compreendida pelas famílias camponesas que concebiam o coco como um produto de sua subsistência. Assim, a narrativa de Nazaré ressalta o

entrelaçamento entre a cultura e o trabalho feminino nos momentos de resistência, quando as mulheres fiavam algodão enquanto protegiam os cocos.

As mulheres fizeram muita coisa para defender as propriedades da gente. Por exemplo, elas não deixaram os caras da empresa tirar cocos porque eles queriam tomar conta dos coqueiros da gente. Mas de 30 mulheres se reuniam fiando algodão e vigiando os coqueiros. Quando os derrubadores vinham para tirar os cocos, elas cercavam os coqueiros e levavam e escondiam os cocos derrubados, com os derrubador ainda trepado lá em cima e com medo de descer. As depois de um tempo, desistiram de roubar os cocos do povo (MACCBE, 1994, p. 119).

Nazaré Flor ainda enfatiza outras estratégias femininas, o que se permite concluir que a atuação das mulheres ultrapassou os limites historicamente impostos pelas relações de gênero, pois as mesmas atuavam tanto na linha de frente nos momentos de maior tensão contra os donos e empregados da empresa, até mesmo para proteger seus esposos e filhos, como também, desempenhando funções auxiliares, quando assumiam o papel de porta-voz de avisos e recados para as demais comunidades. No entanto, a participação das mulheres nas negociações com o INCRA, na produção dos abaixo assinados, na escrita e leitura de documentos oficiais referentes às negociações, talvez, tenha significado o principal papel assumido por essas mulheres.

Outra coisa, as mulheres proibiam que eles passassem os travessões por dentro das plantações e fazer a derruba dos pés de coqueiro. Elas proibiam os caras que vinha fazer, né? Aqui não passa! E não passavam mesmo, porque elas não deixavam passar. Elas fizeram muito isso. Graça Ana foi uma que enfrentava cara a cara e proibia que passassem. Muitas vezes, quando era assim para evitar um conflito com os homens, elas ficavam na frente. E para dar recados, elas corriam de uma comunidade a outra, de repente. E nas negociações do INCRA, sempre as mulheres participaram. Eu e a Vera fomos muitas vezes com os homens e enfrentamos mesmo... logo depois da desapropriação, todo homem dizia isso: que a força da desapropriação desta terra foi graças às mulheres! (MACCBE, 1994, p. 120)

O “mutirão das fiandeiras”, lembrado por Nazaré ficou registrado na memória e na história do Assentamento. Essas mulheres fiandeiras eram Maria da Paz, Jesa, Anaíde, Maria Loura, Joana Loura, Maria Rita, Mirtes Rita, Ana Rita, Graça Rita, Graça Ana, Joana Ana, Doca Bastiana, Maria Nana, Maria Ferreira, Júlia, Maria Salustiana, Chica Néu, Maria Biria, Mana e Zefa Chichica. Todas elas lembram episódios específicos do período em que defendiam não só os cocos, mas também os roçados e as casas das

comunidades. Todas sempre trabalhando em mutirão, como conta Maria das Graças de Sousa, Graça Ana:

Na época que o pessoal tava brocando e que o Carrá chegou e que paralisou todos os trabalhadores, aí os homens decidiram brocar, mas queriam a presença das mulheres, mas nós ficava reunidas fiando algodão. Neste dia que távamos reunidas na casa da Maria Rita, soubemos que iam derrubar os cocos dos coqueiros que a gente tava lutando pra adquirir que os patrões teriam tomado. E o Abner, que era o empregado da firma mandou dois derrubadores derrubar os cocos. Nós aqui reunidas fiando e... “olhe aí, vão derrubar os cocos! O que nós faz? Vamos barrar? Não! Não Vamos barrar, vamos deixar que derrubarem e aí quando tiver tudo no chão vamos impedir.” Aí, assim fizemos. Eles fizeram a derruba de todos os cocos, deixaram tudo arrumadinho e aí, saiu o mutirão de mulher! Aí nós fizemos a venda dos cocos e guardamos o dinheiro. Até hoje eles nunca cobraram. Eles ficaram com medo (MACCABE, 2015, p. 104).

As narrativas de Nazaré Flor e Graça Ana oferecem indícios de que as mulheres das comunidades tiveram tanta participação na luta pela terra do Assentamento Maceió quanto os homens. A presença feminina também é constatada nos inúmeros abaixo assinados enviados ao INCRA, os quais traziam assinaturas de moradores e moradoras de todas as comunidades envolvidas no litígio. Muitos desses nomes vinham acompanhados da marca do polegar manchado de carbono, antiga forma de registrar as impressões digitais, o que indica o alto índice de analfabetismo entre homens e mulheres do campo naquela época. A assinatura de Nazaré Flor também se encontra nesses abaixo assinados. Inclusive, mesmo depois da conquista do Assentamento Maceió, em 1985, tanto Nazaré quanto os demais camponeses assentados continuaram em luta apoiando as famílias moradoras das fazendas Bode e Córrego Novo que somente foram desapropriadas e incorporadas ao Assentamento em 1988.

No entanto, após cerca de 15 anos depois de conquistado o Assentamento, os moradores enfrentaram uma nova disputa por seu território. Tratava-se da disputa por uma faixa de terra próxima ao mar que não havia sido incorporada no ato das desapropriações realizadas pelo INCRA e que havia sido comprada para fins de exploração turística por um empresário português chamado Antônio Júlio Trindade de Jesus, mais conhecido como Pirata. Tal empresário havia centralizado seus primeiros negócios na praia de Iracema, em Fortaleza, criando em 1986, o Pirata Bar & Restô, em sociedade com seu filho Rodolphe Trindade. No início dos anos dois mil, intentava expandir seus negócios para o litoral de Itapipoca, originando o conflito com os moradores do Assentamento Maceió.

A história de luta contra o Pirata e contra a especulação imobiliária e exploração turística e ambiental da região coincide com a chegada e fortalecimento do MST no Assentamento, no início dos anos dois mil. Em conflito aberto contra o empreendedor Júlio Trindade, como estratégia de resistência, os moradores criaram o Acampamento Nossa Terra que fica localizado dentro do Assentamento Maceió, em Itapipoca. Sua ocupação aconteceu em 22 de fevereiro de 2007. Nesse mesmo dia, o Assentamento “batizou” o MST e, em contrapartida, o MST assumiu a luta contra o Pirata como sua. Esse Acampamento resiste até os dias de hoje, assim como, o próprio conflito, muito embora tenha arrefecido após o falecimento do Pirata, em 2011.

Nazaré Flor já não pôde contribuir muito com essa luta pois veio a falecer de um câncer no útero no mesmo ano em que o acampamento Nossa Terra fora fundado. Sua contribuição para a conquista do Assentamento Maceió está registrada nas memórias de seus companheiros e companheiras de luta, conforme se evidencia na narrativa abaixo:

Uma coisa muito forte na nossa luta foi as mulheres. Que as mulheres, Nazaré Flor, Vera, Maria Nana, Anaíde e outras, Graça Ana. Tudo foram pessoas que de fato ficaram à frente, sempre pra evitar o conflito. Eu acho que no Maceió não aconteceu morte por isso, porque quando era pra nós enfrentar a empresa, tava fazendo um serviço e nós ia lá barrar, as mulher iam na frente e os homens iam atrás e sempre as mulher tinham um argumento muito forte e fazia com que os homens não se irritassem pra poder brigar e eles acabavam saindo, tiravam os trator, tiravam as máquinas. E isso tem acontecido não só na luta pelo Assentamento, como em qualquer luta que se trava dentro do Assentamento [...] As mulheres do Assentamento foram umas mulheres muito guerreiras e parabéns, eu digo até pra elas, até porque nós valorizamos a força da mulher e a coragem que as mulheres tem. Então, foi uma luz na nossa frente (Antônio Alves do Nascimento, conhecido por Antônio Biica. Entrevista realizada em Itapipoca, no dia 12 de novembro de 2019. Entrevista citada).

Nesse sentido, em entrevista, Antônio Biica ressalta a importância da atuação de Nazaré Flor e de outras mulheres nas lutas do Assentamento, inclusive contra o Pirata, sendo essa a principal luta do Assentamento Maceió nos dias de hoje.

## Algumas considerações

Em todo esse conflito, os camponeses e as camponesas estiveram envolvidos como protagonistas lutando pela posse da terra em que moravam e dela sobreviviam. Assim, assumiam um compromisso de classe e demonstravam a força dos camponeses contra o latifúndio. Como se observa, essa força da classe camponesa é enunciada

enfaticamente nas narrativas de homens e mulheres que estiveram envolvidos na luta pela terra do Assentamento Maceió. A coragem, as estratégias camponesas e o sentimento de justiça são ressaltados como características presentes tanto nos homens quanto nas mulheres que estiveram envolvidas nessa luta.

## Referências

GONDIM, Linda. Os governos das mudanças. In: SOUSA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MACCABE, Maria Alice (Org.). “**A nossa luta foi uma luta sagrada**”. O povo do Assentamento Maceió conta a história de sua luta pela terra. Fortaleza: Instituto Terramar, 2015.

MACCABE, Maria Alice (Org.). **História na mão**. Algumas camponesas contam como se conscientizaram. (Uma História Oral). S/e, 1994.

POTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História. São Paulo, v. 15, abr. abril, 1997.

THOMSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.